

R O G É R I O R O S A R O D R I G U E S

Rondon, o marechal da floresta,
de Todd A. Diacon

Recebido em: 03/2007 * Parecer: 08/2007

ROGÉRIO ROSA RODRIGUES: Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Atualmente trabalha como professor substituto no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. • E-mail: roger_es@yahoo.com

Diacon, Todd A. *Rondon: o marechal da floresta*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

O gênero biográfico ganhou espaço na recente produção acadêmica, que, por sua vez, captou no mercado um interesse de consumo pelas novas abordagens acerca de consagrados personagens da história. Parece-me que foi apostando nisso que a editora Companhia das Letras convidou o jornalista Elio Gaspari e a antropóloga/historiadora Lilia Moritz Schwartz para coordenarem uma coleção dedicada a publicar perfis de personagens importantes na história do Brasil. A lista dos quatro primeiros volumes aponta para o interesse dos organizadores: não se restringir apenas a personagens de destaque na história política. Até o momento, foram traçados os perfis de Getúlio Vargas, por Boris Fausto; Mauricio de Nassau, por Evaldo Cabral de Mello; D. Pedro I, por Isabel Lustosa e Castro Alves, por Alberto da Costa e Silva e, no momento em que encaminho essa resenha para publicação, já foi lançado o volume sobre Dom Pedro II, de autoria de José Murilo de Carvalho.

O penúltimo lançamento da coleção ficou a cargo do professor da Universidade do Tennessee, Todd Diacon. A ele coube a tarefa de escrever sobre o Marechal Rondon. O perfil do “Marechal da floresta”, subtítulo atribuído pelo autor ao livro, não é a sua primeira investigação sobre o Brasil. Sua tese de doutorado, publicada em 1991 sob o título *Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916* (Duke University Press, 1991), tratou da conhecida *Guerra do Contestado*, conflito sangrento que ceifou a vida de milhares de sertanejos nos limites entre Paraná e Santa Catarina. O livro geralmente é conhecido pelo círculo de estudiosos desse importante conflito social ocorrido no Brasil, embora não tenha sido publicado por aqui.

Rondon: o Marechal da floresta, lançado em dezembro de 2006, é uma tradução do livro *Stringing together a nation: Cândido Mariano da Silva Rondon*

and the construction of a modern Brazil, 1906-1930. A proposta do autor, conforme indicado no título em inglês, é fazer uma análise do projeto de nação proposto pelo Marechal nas primeiras décadas da recente história republicana do Brasil.

O livro não obedece a uma estrutura cronológica tradicional, ou seja, não parte da primeira expedição de Rondon para concluir com sua morte, mas obedece a critérios temáticos. O autor constrói a história com idas e vindas no tempo, costurando cada capítulo com a metáfora da linha telegráfica, que serviu de pretexto para Rondon levar adiante seu ideal de nação.

É bastante ampla a pesquisa realizada pelo historiador, que incorpora em seu texto fontes de jornais da época, relatos da expedição de Rondon elaborados pelos oficiais que o acompanharam, documentos privados como cartas e diário do Marechal, imagens fotográficas da expedição, além de uma documentação em inglês. Trabalho metucioso também se observa na revisão historiográfica, que inclui os mais recentes estudos realizados tanto no Brasil como nos Estados Unidos.

Os leitores interessados em detalhes pitorescos sobre a vida privada de Rondon nada encontrarão nesse livro; em primeiro lugar, porque o autor não se propõe a fazer *mais uma* biografia de Rondon e, em segundo lugar, porque a vida do Marechal foi praticamente dedicada a sua causa. O historiador centrou sua análise no esforço da comissão coordenada por Rondon para construir uma nação brasileira; para tanto, escolheu acertadamente a influência do positivismo em sua formação e, conseqüentemente, em sua atuação pelos sertões brasileiros. A chamada “missão Rondon” era, ao mesmo tempo, uma missão política e militar – Exército e Estado eram quase indissociáveis nas primeiras décadas republicanas –, orientada pelos princípios do atuante Apostolado Positivista Brasileiro. Sendo assim, Diacon vai tecendo os fios que unem positivismo, Exército e Estado, conferindo, acertadamente, peso significativo ao papel da ideologia positivista na condução dos projetos de Rondon.

O professor demonstra com propriedade os discursos e as ações do Marechal no sentido de civilizar os sertões brasileiros e tentar incorporar as populações indígenas à nação em construção. As anotações no diário, as ordens de não atacar diretamente as populações indígenas e, sobretudo, os rituais cívicos promovidos entre os seus homens e entre as populações indígenas são provas incontestáveis da influência positivista do jovem oficial. No entanto, à medida que avança em sua narração, Diacon vai circunscendo o peso do positivismo ao Marechal e sua comissão, colocando-os em certo conflito com o Exército,

ou seja, sugere uma identificação de Rondon antes com o projeto positivista que com o Exército. Nessa linha de argumentação, o autor esclarece que a missão era do Estado e não do Exército e ainda relata as críticas que a comissão recebeu dos próprios oficiais militares da época. Sobre esse ponto, gostaria de fazer alguns comentários.

Rondon era um oficial do Exército Brasileiro e, assim como a maioria dos seus camaradas, acreditava que a corporação tinha um papel central na política nacional, tendo em vista a relevante atuação na Proclamação da República. Rondon, ao difundir o hino e a bandeira nacional aos recônditos do país, não levava apenas o ideário positivista, mas o de uma parcela da oficialidade do Exército que se via como o baluarte do sistema político adotado no país. Era esse um projeto nacional, que envolveu diversos militares identificados com a política republicana. Conforme bem lembrado pelo autor, o Exército era, no momento da Proclamação da República, uma das poucas instituições de cunho nacional, o que facilitava a ação dos oficiais na missão de *republicanizar* o Brasil.

No entanto, como todo projeto, o dos militares também tinha as suas contradições. Diacon demonstra as críticas provenientes dos camaradas de Rondon, que não viam seu projeto como representativo do Exército Brasileiro. Esse talvez seja um dos fortes argumentos contra a idéia de que a missão de Rondon era antes positivista que militar. Vale destacar que a influência do positivismo no Exército só foi acirradamente questionada a partir do projeto de modernização e profissionalização militares, defendido nas páginas de uma revista militar chamada *A Defesa Nacional*. Essa revista foi criada em 1913, por um grupo de oficiais treinados na Alemanha, os *jovens turcos*, e tinha como objetivo igualar as forças militares brasileiras ao padrão europeu, particularmente o alemão e o francês. Os *jovens turcos*, além de possuírem um projeto para a modernização do Exército, também possuíam um projeto para a nação brasileira. A ascensão desse grupo de oficiais questionou os projetos positivistas dentro do Exército, condenando-os como antimilitares, em função da sua doutrina pacifista. Com isso, se construiu a idéia de uma contradição na vinculação dos oficiais com o Apostolado Positivista, contradição essa que não fora atacada até aquele momento.

Os *jovens turcos*, embora sintonizados com o projeto de *republicanizar* o Brasil, achavam que o caminho seria pela militarização da sociedade. Não é por mera coincidência que o auge das críticas apresentadas à missão Rondon pelos militares tenha ocorrido no momento da grande campanha pela lei do

sorteio militar, que daria início ao serviço militar obrigatório, movida na imprensa da época e tendo os *jovens turcos* como os maiores defensores. A lei do sorteio foi aprovada no ano de 1908 e só foi implementada pela primeira vez em 1916. Os positivistas acreditavam na conscientização lenta e gradual da sociedade, portanto eram contrários a qualquer lei que obrigasse o cidadão, sem que este estivesse pronto para aceitá-la conscientemente. O líder do Apostolado à época, Teixeira Mendes, manifestou-se publicamente, criticando a lei do sorteio militar. Nesse contexto, a comissão coordenada por Rondon recebeu sérias críticas provenientes de um grupo de oficiais do Exército e não de toda a corporação, o que denota que Rondon era respeitado e admirado por uma considerável parcela da oficialidade militar e intelectual de sua época.

Outra discussão importante movida pelo historiador é o seu posicionamento diante da vasta produção acerca de Rondon e sua comissão pelo sertão brasileiro. O autor a divide em hagiográfica e revisionista. Sobre a segunda, há um capítulo específico (cap. 5) em que o autor está preocupado em debater a relação dos discursos de Rondon e suas ações efetivas e não tanto a produção acadêmica construída sobre sua atuação. Embora Diacon afirme que há uma literatura revisionista em rápida expansão, apresenta apenas duas obras recentes que fazem uma crítica ao projeto civilizador da comissão Rondon: Trata-se dos livros de Laura Maciel, *A nação por um fio* (1998) e de José da Silva Lima, *Um grande cerco de paz* (1995). Apesar de esses dois trabalhos serem importantes, parece-me demasiado apressado enquadrá-los em uma linha de pesquisa crítica à comissão, sem que essa mesma linha tenha sido previamente demonstrada. Para Todd Diacon, os revisionistas apresentam uma visão descontextualizada da missão de Rondon por não perceberem que seu projeto está inserido num contexto de extermínio das populações indígenas. A proposta de Rondon era de civilizá-los, o que significa abasileirá-los lenta e gradualmente, conforme a catequese cívica positivista, sem usar a força física. O autor compara o tratamento conferido aos povos indígenas na América, na mesma época, para demonstrar que a missão de Rondon, no momento em que foi promovida, foi menos bárbara que a dos seus congêneres na Argentina e no México. Com isso, Diacon deixa explícita sua simpatia pela missão, embora não compartilhe em nenhum momento do olhar beatificador conferido a Rondon pelos seus discípulos.

Quanto à canonização de Rondon, o autor não dedica um capítulo específico à chamada literatura hagiográfica, o que se torna uma lacuna no trabalho, pois ela é mencionada diversas vezes ao longo do texto. Não é difícil para

o leitor deduzir que essa literatura é aquela usada de forma crítica como fonte primária ao longo do texto; no entanto, um capítulo dedicado exclusivamente ao processo de canonização do Marechal ajudaria a perceber com mais clareza os interesses e os personagens envolvidos nessa batalha, que, diga-se de passagem, foi bem sucedida, pois Rondon ocupa espaço importante no panteão dos mitos nacionais. Talvez esse capítulo fugisse dos interesses da publicação: o de ser um livro destinado a um público leigo.

Para textos voltados a esse público, algumas críticas à estrutura da coleção me parecem pertinentes. No livro, esbarra-se com diversas referências a autores sem que seja dedicada uma parte específica para listar as obras dentro das normas científicas. No entanto, mantém-se o título “Referência bibliográfica” para algo que talvez fosse melhor nomeado “Sugestões de leitura”, pois a opção se fez por incluir, num mesmo parágrafo, vários autores, divididos por abordagem, sem, contudo, incluir a referência completa do livro: falta indicação de editora, por exemplo. Enquanto o autor cita uma bibliografia no texto, o leitor esbarra na dificuldade de localizá-la nas referências, já que dentro das divisões temáticas não há uma separação por parágrafo. Outra inovação que dificulta a leitura, principalmente a do público menos especializado, são as diversas imagens sem nenhuma numeração. Dessa forma, por exemplo, na página 157, o autor comenta duas fotografias e o leitor minimamente curioso se põe a observar as trinta fotos reproduzidas à procura daquela citada. O recurso é tentar localizar as características descritas nas imagens disponíveis. Isso seria facilmente resolvido se as fotos fossem numeradas.

Escrever sobre um personagem de certa forma canonizado é um risco, pois, além de contar com uma vasta produção sobre o assunto, o pesquisador ainda se depara com os vigilantes de plantão, que muitas vezes não aceitam uma visão humana e contraditória do seu herói. Mas, por outro lado, conta também com a popularidade do biografado como garantia, ao menos, da curiosidade do público. Diacon faz uma opção ousada, mas ao mesmo tempo bem sucedida, ao fugir da armadilha de se fazer uma biografia tradicional de Candido Mariano da Silva Rondon. Ao articular sua comissão como uma das possibilidades de construção da nação brasileira, o historiador aponta um dos motivos que certamente conferiu ao Marechal o lugar de destaque entre os heróis nacionais. Além disso, nas duzentas páginas de texto, é possível acompanhar uma aventura de prender o leitor: mortes, ataques de populações indígenas, epidemias, intrigas, assassinato e até a pitoresca presença do ex-presidente dos Esta-

dos Unidos, *Theodor Roosevelt*, nas selvas brasileiras. Tudo isso com o rigor da pesquisa e uma narrativa cativante. Se algumas considerações são feitas à abordagem do autor, essas se devem em primeiro lugar ao próprio mérito do texto; em seguida, ao olhar de um pesquisador conectado com outros pontos da vasta linha que liga os militares aos projetos de nação. ■